



FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA EQUATORIAL
COORDENAÇÃO DE TEOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM TEOLOGIA

NAILSON PINTO MOREIRA

A CENTRALIDADE DA MENSAGEM DA CRUZ NO PERÍODO PATRÍSTICO

BELÉM-PA

2022



FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA EQUATORIAL
COORDENAÇÃO DE TEOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM TEOLOGIA

NAILSON PINTO MOREIRA

A CENTRALIDADE DA MENSAGEM DA CRUZ NO PERÍODO PATRÍSTICO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado em cumprimento às
exigências do curso de bacharelado em
Teologia sob orientação do Prof.º Me.
Antonio Carlos Soares.

BELÉM-PA

2022

**Dados Internacionais de catalogação-na-publicação (CIP),
Biblioteca John S. Oliver / FATEBE, Belém, PA**

M838c

Moreira, Nailson Pinto.

A centralidade da mensagem da Cruz no período
Patrístico / Nailson Pinto Moreira; Orientador: Antonio Carlos
Soares. __. Belém, 2022.
46f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade
Teológica Batista Equatorial - FATEBE, Curso Bacharelado em
Teologia, Belém, 2022.

1. Cristo. 2. Cruz. 3. Período Patrístico. I. Soares, Antonio
Carlos.

CDD: 20. ed.: 232

(Elaborado pela bibliotecária Roceli Dornelles CRB02/1423)

NAILSON PINTO MOREIRA

A CENTRALIDADE DA MENSAGEM DA CRUZ NO PERÍODO PATRÍSTICO

Trabalho de conclusão de curso, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Teologia da Faculdade Teológica Batista Equatorial. Orientador: Me. Antônio Carlos Soares.

Data de Aprovação: **12/05/2022**

Nota: **9,0**

BANCA EXAMINADORA

Me. Antonio Carlos Soares – FATEBE

Me. Benildo Veloso da Costa– FATEBE

ME. Ulissélio Valente – FATEBE

BELÉM

2022

AGRADECIMENTO

Dedico este trabalho ao meu Deus, Jesus Cristo, que tornou tudo isso possível, a Ele a honra e a glória para sempre, amém.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema: A centralidade da mensagem da cruz no período patrístico. O tema da pesquisa surgiu a partir da inquietação do pesquisador frente à discursos de teólogos que diminuem a relevância da teologia patrística nos dias atuais, diante disso, o pesquisador resolveu analisar o assunto que para a cristandade é basilar em qualquer teologia cristã, isto é, a cruz. A pesquisa está fundamentada dentro de um parâmetro sobre o que se entende a respeito da cruz de Cristo. Portanto, o trabalho tem como objetivo geral Investigar a centralidade da mensagem da cruz no período patrístico. E como objetivos específicos, Estudar e descrever à luz da teologia histórica e sistemática o que significa a mensagem da cruz, investigar se a mensagem da cruz teve grande influência da vida dos pais da igreja, identificar as consequências da (não) centralidade da mensagem da cruz no período patrístico. Para se alcançar os objetivos propostos a metodologia do trabalho se deu por intermédio de levantamento bibliográfico. Inicialmente lançou-se mão de referenciais teóricos retirados de livros. O problema em questão foi parcialmente respondido, uma vez que as informações sobre o assunto ainda requer anos de pesquisa.

Palavras – Chave: A Cruz de Cristo; Centralidade; Período Patrístico; Pais da Igreja.

ABSTRACT

The present work has as its theme: The centrality of the message of the cross in the patristic period. The research theme arose from the researcher's restlessness in the face of theologians' discourses that reduce the relevance of patristic theology in the present day, before that, the researcher decided to analyze the subject that for Christianity is fundamental in any Christian theology, that is, the cross. The research is based on a parameter about what is understood about the cross of Christ. Therefore, the work aims to investigate the centrality of the message of the cross in the patristic period. And as specific objectives, Study and describe in the light of historical and systematic theology what the message of the cross means, investigate whether the message of the cross had a great influence on the life of the church fathers, identify the consequences of the (non)centrality of the message of the cross in the patristic period. In order to achieve the proposed objectives, the methodology of the work was carried out through a bibliographic survey. Initially, theoretical references taken from books were used. The problem at hand has been partially answered, since information on the subject still requires years of research

Keywords – Key: The Cross of Christ; centrality; Patristic; Church; Fathers

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. CRUZ DE CRISTO E SEU SIGNIFICADO E A POSIÇÃO NO NOVO TESTAMENTO	11
1.1.O SIGNIFICADO DA CRUZ DE CRISTO	11
2.1.1.Sacrificial	12
2.1.2. Substitutiva.....	13
2.1.3. Propiciatória	14
2.1.4. Redentora.....	15
2.1.5. Reconciliadora.	15
2.2. A RELEVÂNCIA NO NOVO TESTAMENTO	16
3. A INFLUÊNCIA DA CRUZ NO PERÍODO PATRÍSTICO.	20
3.1. O PERÍODO PATRÍSTICO.....	20
3.2. A CRUZ NO PERÍODO PATRÍSTICO	25
3.2.1. Período dos pais apostólicos	25
3.2.2. Período dos pais apologistas	27
3.2.3. Período dos Pais Polemistas	31
4. AS CONSEQUÊNCIAS DA CRUZ NO PERÍODO PATRÍSTICO.....	37
4.1. Concílios	38
4.2. A trindade como consequência da cruz.....	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
6. REFERÊNCIAS	46

1. INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa, brotou de um desassossego do investigador a respeito da centralidade da mensagem da cruz no período conhecido como patrístico. Uma época que para muitos foi simplesmente de especulação filosófica, em que, aqueles que são conhecidos como pais da igreja, se apoiavam na filosofia platônica. A pesquisa tem como propósito, investigar se a mensagem da cruz teve relevância e sentido no período patrístico, haja vista que esse foi um período de ratificação de muitos dogmas e pensamento da cristandade.

Conhecer a história da igreja é sem dúvida muitíssimo importante, pois muito do que se tem hoje, isto é, doutrinas, liturgias, costumes e etc. É resultado das construções do passado. A cruz é sem questionamento inerente ao cristianismo, no entanto, pouco se sabe a respeito da relevância dela no período patrístico.

Diante disso, o problema dessa pesquisa é: será que a cruz foi central no período patrístico? será que a patrística foi conduzida por esse fundamento ou por mero impulso filosófico especulativo. A hipótese a esse problema é: possivelmente, a mensagem da cruz não foi central no período patrístico, essa hipótese tem em vista o fato de que o período pós patrístico foi uma fase de especulação que se findou em um sombrio período escolástico, época essa em que para muitos foi de escuridão para o cristianismo.

Este trabalho se propõe a investigar se é possível que o período patrístico tenha ignorado a relevância da cruz e seu significado e o tenha trocado por ideias filosófico do período em questão, essa será uma análise minuciosa. Após a fundamentação a respeito do significado da cruz, o trabalho em questão irá investigar os dados atuais sobre o período patrístico e por sua vez, a consequência da centralidade ou da não centralidade da cruz no período estudado.

Para se alcançar os objetivos propostos da pesquisa à metodologia do trabalho se deu por intermédio de levantamento bibliográfico. Inicialmente lançou-se mão de referenciais teóricos retirados de livros, autores renomados e com amplo conhecimento no assunto, foram consultados, ainda que existam

poucos que escrevam sobre o que é corolário a teologia patrística em língua portuguesa.

No que se refere a estrutura e conteúdo, o trabalho foi dividido em quatro capítulos: o primeiro capítulo corresponde à introdução do trabalho; o segundo refere-se a cruz de Cristo e seu significado e a posição no Novo Testamento, o terceiro apresenta a influência da cruz no período patrístico, o quarto capítulo foi a análise da consequência da mensagem da cruz no período patrístico.

2. A CRUZ DE CRISTO, SEU SIGNIFICADO E A POSIÇÃO NO NOVO TESTAMENTO

Neste primeiro capítulo apresentar-se-á brevemente o significado da cruz, bem como sua posição no Novo Testamento para que, depois dos conceitos apresentados, no segundo capítulo, possamos analisar a centralidade da mensagem da cruz no período patrístico.

1.1. O SIGNIFICADO DA CRUZ DE CRISTO

Discorrer sobre o significado da cruz nunca foi uma tarefa fácil, dada a complexidade do assunto e os numerosos termos que à rodeiam, ainda mais de modo resumido. No entanto, recorreremos à grandes autoridades no assunto, para que o conteúdo seja claro e objetivo sem de modo algum pareça simplista.

Estudar sobre a cruz sem analisar o termo “cruz” propriamente dito, com certeza não será nosso objetivo, pois esse é o ponto de partida na teologia da cruz de Jhon Sttot. Sobre esse assunto, ele diz que a cruz tornou-se o símbolo do cristianismo (STTOT, 2010, p. 17-18).

Colin Brown e Lothar Coenen, (2000, p. 475) vão dizer que o vocábulo que comumente é traduzido como “cruz”, representa um instrumento de tortura e execução e obteve esse significado especial por causa da sua interação com a morte de Jesus Cristo, e com relação a isto, são usadas duas palavras gregas quando é tratado de instrumento de execução, no qual Jesus Morreu, isto é, *xylon* (madeira, árvore) e *staulos* (estaca, cruz). *Xylon* é usado em conexão com o Antigo Testamento, no entanto, os dois termos são usados com frequência no Novo Testamento para se referir a morte de Jesus.

Sobre essa discussão, o Ph.D J. D. Douglas, (2006, p. 310) vai dizer que. “Teologicamente, o vocábulo cruz era usado como descrição sumária do evangelho da salvação, de que Jesus ‘morreu pelos nossos pecados’”. Portanto, a “cruz”, é a figura que nos remete sem dúvida ao sacrifício de Jesus Cristo, por isso, observar-se-á com mais detalhes o que caracterizou esse sacrifício.

2.1.1. Sacrificial

A morte de Jesus na cruz, não foi um evento trágico qualquer. O teólogo sistemático, Wayne Grudem, afirma que foi um sacrifício para pagar a pena de morte que merecemos por causa de nossos pecados, Cristo morreu como sacrifício por nós. Tal afirmação encontra respaldo nas sagradas escrituras a mesma assevera que “se manifestou uma vez por todas, para aniquilar, pelo sacrifício de si mesmo, o pecado” (Hb 9.26)” (2010, p. 482).

George Ladd, em sua teologia do Novo Testamento, mais exatamente, na teologia de Paulo (2017), reafirma a ideia de que a morte de Cristo foi uma morte sacrificial e que o sacrifício feito por Cristo fora moldado nos rituais de sacrifício do Antigo Testamento.

A respeito disso, Millard Erickson (2010, p. 330) corrobora dizendo que:

A morte expiatória de Cristo também deve ser vista dentro do panorama do sistema sacrificial do Antigo Testamento. Antes da morte sacrificial de Cristo, era necessário oferecer sacrifícios regularmente, para compensar os pecados cometidos. Esses sacrifícios eram necessários, não para provocar uma mudança no pecador, nem para impedir o pecador ou os outros de cometer outro pecado, mas para expiar o pecado que merecia, intrinsecamente, uma punição. Houve uma ofensa contra a lei de Deus e, portanto, contra Deus em pessoa, e isso precisava ser corrigido.

E o autor prossegue, pois afirma que o sacrifício de Jesus não foi como qualquer outro já visto, Erikson (2010, p. 334) afirma que:

O singular no sacrifício de Cristo, sendo, pois, muito importante mantê-lo em mente, é que Cristo é tanto a vítima como o sacerdote que a oferece. As duas partes que constituíam o sistema levítico são combinadas em Cristo. A mediação que Cristo começou com sua morte continua mesmo agora, em forma de sua intercessão sacerdotal por nós.

Quando Stott (2010), discorre sobre sacrifício em sua teologia da cruz, salienta que esse é um assunto comum no Novo Testamento. E que no Antigo

Testamento os sacrifícios “possuíam significado substitutivo” Dessa maneira, observa-se que o sacrifício de Jesus foi uma obra em que ele tomou o lugar de outro.

2.1.2. Substitutiva.

A morte de Cristo também foi uma obra de substituição. Para Grudem, a morte de Jesus foi uma “substituição” já que ele morreu no lugar dos crentes. Ele ressalta que “Essa concepção da expiação é chamada às vezes expiação vicária. Um "vigário" é o que se coloca no lugar de alguém ou que representa alguém. A morte de Cristo foi, portanto, "vicária" porque ele se colocou em nosso lugar e nos representou. Como nosso representante, recebeu a pena que merecemos (2010).

Milard (2010), também reafirma o argumento da substituição e diz que:

Vários considerandos indicam que Cristo de fato tomou nosso lugar. Primeiro, há todo um conjunto de passagens que nos falam que nossos pecados foram "lançados" sobre Cristo, que ele "carregou" nossas iniquidades, que ele "foi feito pecado" por nós. Um exemplo destacado está em Isaías 53: "Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo caminho, mas o SENHOR fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos" (v. 6); ele "foi contado com os transgressores; contudo, levou sobre si o pecado de muitos e pelos transgressores intercedeu" (v. 12b). Ao ver Jesus, João Batista exclamou: "Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo!" (Jo 1.29). Paulo disse: "Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus" (2Co 5.21). E, evidentemente, tendo Isaías 53.5,6,12 em mente, Pedro escreveu: "ele mesmo [carregou] em seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados, para que nós, mortos para os pecados, vivamos para a justiça; por suas chagas fostes sarados" (IPe 2.24). A idéia em comum nessas passagens é que Jesus levou nossos pecados os pecados foram colocados sobre ele ou transferidos de nós para ele. A ideia de substituição é incontestável (ERICKSON, 2010, p. 508) .

Discorrendo sobre o assunto, Jhon Stott (2010, p. 170), traça uma longa linha de argumentos fundamentando sobre o assunto, usando o Antigo e

o Novo Testamento, assim também como fatos históricos. Podemos dizer que ele conclui dizendo que. “Movido pela perfeição do seu amor, Deus em Cristo substituiu a si mesmo por nós, pecadores. E esse o coração da cruz de Cristo”.

Pela morte substitutiva de Cristo, o cristão não encontra apenas uma expiação objetiva para seu pecado, encontra além disso a libertação do poder do pecado, assim como do domínio e a escravidão da lei e do mundo. Com relação a subjetividade, o crente deve se identificar com Jesus em sua morte, de modo que estando morto para o pecado, viva em novidade de vida (LADD, 2017, p. 591).

2.1.3. Propiciatória

Segundo o dicionário de Teologia Beacon, a palavra propiciação, (TAYLO, 1984, p. 642) no Antigo Testamento foi aplicada ao propiciatório no Santo dos Santos. No topo da arca, o sacerdote derramava sangue uma vez por ano. Este ato fez expiação pelo pecado de Israel e era visto como a "propiciação" para o pecado.

A palavra “propiciação”, de modo explícito, aparece três vezes no Novo Testamento, uma citada por Paulo (Rm 3.24-25) e duas pelo apóstolo João (1Jo 2.1-2; 4.10). Essa expressão significa apaziguar ou aplacar a ira de alguém (STOTT, 2010, p. 171).

Alan Myatt e Franklin Ferreira (2002, p. 189), em sua sistemática, corroboram com a argumentação afirmando que. “A propiciação é uma ação dirigida para a pessoa ofendida com o propósito de mudar a sua atitude, de raiva e ira para reconciliação”.

Grudem (2010, p. 482) vai afirmar que para pagar a pena de morte que os pecadores mereciam, Cristo morreu como propiciação, isto é, como um sacrifício que apaziguou a fúria de Deus contra o pecado. Sobre o assunto, Ladd (2017, p. 591-593) complementa que a morte de Cristo salvou o crente da ira de Deus, e dessa maneira ele não espera mais pela ira de Deus mas pela vida.

Assim sendo, observa-se que a morte de Cristo também teve um véis propiciatório. Cristo Também precisou apaziguar com seu sangue a ira santa de Deus para que o sacrifício fosse perfeitamente aceito.

2.1.4. Redentora

Outro propósito da morte de Cristo é a redenção. Ele morreu para “resgatar”, “comprar” os pecadores do domínio do pecado (LADD, 2017, p. 595-596). Stott (2010, p. 178) vai afirmar que. “A propiciação enfoca a ira de Deus, a qual foi aplacada pela cruz; a redenção centraliza-se na má situação dos pecadores da qual foram resgatados pela cruz”.

Redenção às vezes denota simples livramento, mas observando com relação à aplicação à obra de Jesus Cristo, significa livramento mediante compra. A base disso é que o livramento não é por meio de autoridade, instrução, influência moral nem muito menos poder, mas através de sangue derramado, isto é, pelo pagamento de um resgate (HODGER, 2001, p.804)

Discorrendo sobre o assunto, Grudem (2010, p. 486) diz que:

Uma vez que como pecadores estamos escravizados ao pecado e a Satanás, precisamos de alguém que nos proporcione redenção e, dessa forma, nos "redima" de nossa servidão. Quando falamos em redenção, entra em foco a idéia de "resgate". Resgate é o preço pago para redimir alguém da escravidão ou cativeiro. Jesus disse de si mesmo: "Pois o próprio Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos" (Mc 10.45).

Portanto, percebe-se que a redenção é um dos “ramos” da cruz. “A questão total dessa redenção é que o pecado não tem mais o domínio. Os redimidos são aqueles que foram salvos para fazerem a vontade de seu mestre” (LADD, 2017, p. 597).

2.1.5. Reconciliadora.

Milard (2010, p. 511) introduz o assunto afirmando que,:

A morte de Cristo também põe fim à inimizade e alienação entre Deus e a humanidade. Nossa hostilidade contra Deus é removida. A ênfase

na Escritura está, em geral, no fato de que somos reconciliados com Deus, ou seja, ele é o agente; Deus nos reconcilia com ele mesmo (ERICKSON, 2010, p. 511).

Grudem (2010, p. 483) adiciona argumentando que “Para vencer a nossa separação de Deus, precisávamos de alguém que proporcionasse reconciliação e dessa forma nos trouxesse de volta à comunhão com Deus”. Alan Myatt e Franklin Ferreira apresentam o argumento da reconciliação da seguinte maneira (2002):

A ideia tem dois lados: Por Cristo ter morrido em nosso lugar, propiciando então a ira de Deus, o homem está num estado em que pode receber a amizade de Deus, e Deus se reconciliou com o mundo através de Cristo (2Co 5.19). Mas somente mediante a fé esta reconciliação pode ser completada; esta graça tem que ser recebida pela fé ou os benefícios da cruz não se concretizam na vida do indivíduo. Um segundo aspecto da reconciliação é o relacionamento pessoal entre Deus e o homem que nEle crê. Por isto, temos a palavra de reconciliação: “Reconciliai-vos” (2Co 5.19-20) (p.191).

Os autores ainda pontuam que “Em outras religiões, o homem se reconcilia com Deus. Mas no cristianismo bíblico, é Deus quem primeiro tem Se reconciliado com o mundo, oferecendo perdão e amizade através da fé, e somente fé: *sola fide*” (p.191).

A reconciliação é mais uma imagem da salvação, que ilustra a realização da cruz. Para Stott (2010), é provável que, por ser a mais pessoal, a “reconciliação” é a mais popular (p. 196). “Todavia a reconciliação possui um plano horizontal como também um vertical. Pois Deus nos reconciliou uns com os outros em sua nova comunidade, como também a si mesmo” (p. 198).

2.2. A RELEVÂNCIA NO NOVO TESTAMENTO

No tópico anterior, apresentamos, de modo resumido, o significado da cruz de Cristo. Neste, portanto, veremos, a posição e a relevância que a cruz de Jesus Cristo tem no Novo Testamento, sem de modo algum ser exaustivo com relação assunto proposto.

Os escritores do novo testamento tinham um interesse especial pela temática, cruz. Conforme o Ph.D J. D. e Douglas (2006, p. 310):

O interesse dos escritores do NT, na cruz, não é arqueológico nem histórico, mas antes, cristológico. Preocupa-se com a significação eterna, cósmica, soteriológica do que aconteceu de uma vez para sempre na morte de Jesus Cristo, o filho de Deus, sobre a cruz.

Esse tema recebeu um espaço considerável, por que não era um assunto transitório. Os escritores do Novo Testamento perceberam que, na cruz, tinha nuances eternas, e por isso o interesse sobre o assunto deveria ser maior.

Quando analisa-se as teologias do Novo Testamento, percebe-se que muitas delas discorrem sobre um fator que une todos os outros fatores no Novo Testamento. Por exemplo, Frank Thielman, um teólogo do Novo Testamento, quando aborda a respeito da unidade teológica do Novo Testamento, não deixa de separar duas sessões para asseverar a respeito do sacrifício de Jesus. Diz que (THIELMAN, 2007, p. 825):

De forma paradoxal, os escritores do NT afirmam que exatamente na crucificação de Cristo, Deus forneceu o remédio para a situação universal de pecado. Na morte de Jesus, o Senhor forneceu o meio de restaurar o relacionamento das criaturas humanas rebeldes com ele e de selar o destino das forças cósmicas malignas empenhadas em frustrar seus propósitos graciosos e amorosos. A morte de Jesus redime o pecado humano.

Para esse autor, a crucificação de Jesus é um fator unificador na teologia do Novo Testamento. Outros autores preferem usar o termo “centro”, quando trabalham essa ideia. Gerhard F. Hasel, por exemplo, salienta, “Sob o título de ‘Cristologia’ podemos discutir uma variedade de propostas a respeito do centro do NT” (1988, p. 121), quando argumenta sobre os possíveis “centros” do Novo Testamento, apresenta a cristologia, isto é, os assuntos que estão relacionados com o ser e as obras de Jesus Cristo, e nisso está incluído o sacrifício de Jesus. Ele ainda assevera, “Todos os escritos do NT se referem ao mesmo Jesus Cristo e indicam o mesmo evento ligado a ele...” (p. 121). F.

C. Grant, na sua introdução ao pensamento do Novo Testamento, expressa sua opinião de modo semelhante, ao afirmar que o Novo Testamento “é genuinamente cristocêntrico” (1950, p. 56).

Outro grande autor que aborda a teologia do Novo Testamento é Leon Morris (2003), na sua conclusão, tratando sobre os assuntos apresentados pelos autores do Novo Testamento, e sua importância, ele diz: “Quando eles falam do que Cristo fez por nós, enfatizam a crucificação. Não há a menor dúvida de que, em todo o Novo Testamento, a cruz é ‘crucial’” (p. 404).

John Stott, o conhecido teólogo da cruz, no livro a “cruz de Cristo”, quando discorre sobre a centralidade da cruz, separa uma sessão para ressaltar a ênfase dos apóstolos, e afirma o seguinte (2010, p. 33):

Quando nos voltamos dos primeiros sermões dos apóstolos, registrados no livro de Atos, para as afirmativas mais maduras de suas cartas, a proeminência que dão à cruz se torna ainda mais marcante. É verdade que algumas das cartas mais curtas não a mencionam (como a carta de Paulo a Filemom, a carta de Judas, e a segunda e a terceira cartas de João), e, não é de surpreender que a homilia principalmente ética de Tiago não se refira a ela. Contudo, os três maiores escritores de cartas do Novo Testamento Paulo, Pedro e João são unânimes em testemunhar da sua centralidade, como também o faz a carta aos Hebreus e o Apocalipse.

D. A. Carson (2011), que atualmente é um dos grandes exegetas do Novo Testamento, expondo sobre o escândalo da cruz, é bem enfático naquilo em que ela significa, não somente no Novo Testamento, mas em toda Bíblia. Essa grande autoridade nos escritos do Novo Testamento afirma (p. 9):

Nada é mais central à Bíblia do que a morte e a ressurreição de Jesus. A Bíblia toda gira em torno de um fim de semana ocorrido em Jerusalém há dois mil anos. As tentativas de tornar a Bíblia um livro inteligível que não dedicam ampla consideração para integrar a crucificação e a ressurreição de Jesus estão condenadas ao fracasso e, no melhor, são exercícios na irrelevância.

É certo que nem todos os teólogos do passado e do presente, concordam que a cruz tinha um papel crucial e central no Novo Testamento,

mas verifica-se que o tema é recorrente no primeiro século. Mas como a mensagem da cruz é compreendida? Isso será o assunto do próximo capítulo.

3. A INFLUÊNCIA DA CRUZ NO PERÍODO PATRÍSTICO.

Nesse segundo capítulo, discorrerá-se sobre o período patrístico, alguns pais da igreja e a relação da cruz neste período. A abordagem de maneira nenhuma será exaustiva, com relação ao período, todavia abordaremos o essencial sobre a influência da cruz no período proposto.

3.1. O PERÍODO PATRÍSTICO.

A expressão “patrístico” deriva da palavra latina *pater* que significa “pai”, que indica o período dos pais da igreja assim também como as ideias características que tomaram corpo nesse período. Esse é um termo dito como não-inclusivo, pois ainda não foi sugerido na literatura nenhum termo inclusivo que teve aceitação geral. Com relação aos sinônimos “patrologia” “padres da igreja” e “patrística” que designa a ciência que, na prática, estuda toda a literatura dos primeiros séculos (LIÉBAERT, 2013, p. 11).

Alguns estudiosos entendem que esse período se deu do I século ao VIII (LIÉBAERT, 2013, p. 11). Assim também como os historiadores Benedito Silva Santos e Ricardo da Costa (2015, p. 22). Outros ainda, acreditam que o período antigo teve seu fim por volta do ano 500 que foi mais ou menos o período da queda de Roma (BRYAN, 2015, p. 20).

Alistar E. McGrath (2017, p. 38) afirmam que: “Essa designação vagamente definida costuma ser entendida como uma referência ao período que vai da conclusão dos escritos do Novo Testamento (c. 100) até a reunião decisiva do Concílio da Calcedônia (451)”. J.N.D. Kelly, tratando sobre a patrística, corrobora que esse período começa no final do primeiro século e vai até meados do quinto século, o assunto, pois depois da era apostólica a “atmosfera” muda, assim também com o concílio de Calcedônia (451), haja vista que por volta do sexto século, tanto no Ocidente quanto no Oriente o escolasticismo e o formalismo começaram a imperar (1994, p. 3).

Gerald Bray, no livro “história da interpretação bíblica” discorrendo sobre a patrística afirma que (2017, p. 77):

O período patrístico é o período dos pais da igreja, assim chamados por terem sido eles que estabeleceram a estrutura doutrinária do cristianismo. O início do período pode ser datado em cerca de 100 d.C., estendendo-se pelo menos até o Concílio de Calcedônia (451). Depois disso, houve um longo período de transição para a Idade Média, concluído apenas com a coroação de Carlos Magno como imperador do Ocidente (800) (BRAY, 2017, p. 77).

Portanto, tendo como base as informações anteriores, analisaremos o período patrístico do ano 100-451, e discorreremos sobre os pais que viveram nesse período para dar seguimento no assunto.

O período patrístico se caracterizou por debates sobre a Trindade e sobre a pessoa de Cristo. Durante esses séculos foi elaborado o vocabulário técnico do discurso teológico cristão, e surgiram duas grandes tradições de pensamento. A primeira delas foi a chamada tradição "oriental" ou "grega", fortemente influenciada por conceitos filosóficos neoplatônicos e por uma abordagem mística da vida espiritual. A segunda foi a tradição "ocidental" ou "latina", moldada por conceitos do direito romano, embora também tenha experimentado a influência do neoplatonismo. Grego e latim eram as principais línguas dos textos teológicos embora também houvesse um importante corpus literário em siríaco (aramaico) (BRAY, 2017, p. 77).

O termo "pai" era geralmente dado pelos fiéis aos bispos e mestres da cristandade primitiva. No contexto, surgiu por causa da reverência e amor que muitos fiéis tinham pelos seus líderes religiosos dos primeiros séculos, que eram carinhosos e zelosos com a igreja. Mais tarde, o termo passou a ser atribuído estritamente aos bispos do concílio de Nicéia, e mais adiante Gregório VII reivindicou a expressão "papa", isto é, "pai dos pais" (DIAS, 2018, p. 1).

Para melhor compreensão do assunto, pode-se dividir os pais da igreja em quatro grandes grupos, isto é, pais Apostólicos, Apologistas, Polemistas, e

Pós-Nicenos. No entanto, essa divisão não é a única já que pode-se enquadrar alguns deles em mais de um desses grupos (DIAS, 2018, p.1).

Os Pais Apostólicos foram os mais antigos escritores crentes à parte do Novo Testamento, estes tiveram mais ou menos contato direto com os apóstolos e escreveram com o intuito de edificar a igreja normalmente entre o primeiro e segundo século. Os principais foram: Clemente de Roma (30-100 d.C.), Inácio de Antioquia da Síria (35-108 d.C.), Policarpo 969-155 d.C.) e Papias (70-140 d.C.) (DIAS, 2018, p.1-3)

Os Pais Apologistas são aqueles que empregaram as suas habilidades literárias para defender o cristianismo diante do Estado. Geralmente esse grupo se encontra no segundo século, e os que mais se destacaram foram: Tertuliano 155 - 220 d.C.) e Justino Martir (100 - 166 d.C.) (DIAS, 2018, p. 3)

Os Pais Polemistas foram aqueles que, diferentes dos apologistas que procuravam explicar racionalmente o cristianismo para as autoridades, se empenharam em combater os falsos ensinamentos dos heréticos mestres. Apesar de a maior parte ter vivido no Oriente, os mais proeminentes polemistas decorrem do Ocidente. E estes foram: Irineu (130 - 202 d.C.), Orígenes (185 - 254 d.C.) e Cipriano (200 - 258 d.C.) (DIAS, 2018, p. 4-5)

Os Pais Pós-Nicenos viveram entre os concílios de Nicéia 325 e de Calcedônia em 451. Vários desses homens desempenharam seus ministérios proeminentemente estudando a bíblia em bases sólidas, que era o método histórico gramatical, com o propósito de desenvolverem o seu significado teológico. E os principais foram: João Crisóstomo (347- 407 d.C.), Eusébio de Cesaréia (260-340 d.C.), Jerônimo (331-420) e Agostinho de Hipona (354 - 430 d.C.) (DIAS, 2018, p. 5-9)

Analisando a história da interpretação bíblica patrística, encontra-se quatro estágios. O primeiro começa na época do Novo Testamento e tem seu fim até cerca de 200 d.C. Nesse período, a igreja ainda experimentava um contato mais direto com os apóstolos. Escritores cristãos continuavam seguindo a prática apostólica de redigir cartas, as comunidades locais, que por sua vez se responsabilizavam com o processo de circulação das cartas.

Nessas cartas ainda não se via citações diretas do Novo Testamento, já que o foco era mais nos livros do Antigo Testamento.

Ainda sobre o assunto, o segundo estágio, conhecido geralmente como “originista”, que se inicia em cerca de 200 d.C. e vai até o Concílio de Niceia em 325 d.C. Nesse estágio a interpretação bíblica foi dominada pela mente de Orígenes, haja vista que foi o primeiro a tentar dar à interpretação bíblica cristã uma base sistemática, com comentários a livros específicos, no entanto, Orígenes inspirou-se profundamente nos escritos de Filo, que foi um exegeta judeu.

O Terceiro estágio começou no primeiro concílio de Niceia e se estendeu até o concílio de Calcedônia 451 d.C. Esse estágio é conhecido como a “era de ouro” da exegese patrística, e duas das principais escolas de pensamento disputavam a influência, isto é, alexandrina e antioquena. O último estágio é conhecido como “conciliar final” ou “posterior”, que começou desde o concílio de Calcedônia até os dias de Carlos Magno 800 d.C. Nesse período houve muitos concílios no qual alguns pais da igreja foram condenados como hereges. Durante essa época, também foi tomando forma um tipo de cânon patrístico, e nele certas interpretações eram padronizadas (BRAY, 2017).

Ao analisarmos os métodos de interpretação bíblica mais frequentes na época patrística, observa-se que até cerca de 200 d.C. caracterizava-se pelo que geralmente é chamado de exegese pré-sistemática.

Nesse período não se desenvolveu nenhum tipo de comentário exegético das escrituras e o tipo mais comum de literatura era a “homília”, conhecido popularmente como sermão, e que foi conhecido por muitos em todo período patrístico. Entre os que interpretavam o texto em seu sentido estritamente óbvio, a predominância era essencialmente literalista do tipo moralizante.

Essa abordagem reflete a influência do Novo Testamento que interpretava o Antigo Testamento sob o prisma do comprimento em Cristo e por meio dele, e a inclinação cristocêntrica nesse fase inicial produzia tendências de exegese alegórica e tipológica, mas sem sistematização, no entanto é

errado dizer que a alegoria ou a tipologia constituíam o fundamento de sua hermenêutica.

Depois de 200 d.C. a 325 d.C. o estilo exegético de comentário e sistematização se intensificou e a alegoria tomou um grande espaço. Clemente de Alexandria, influenciado também por Filo, tentou sistematizar as escrituras dando a ela duplo sentido, mas quem desenvolveu com mais detalhes foi seu discípulo, Orígenes. Este argumentava que as escrituras tinham três sentidos: o primeiro era o sentido literal, o segundo era o sentido moral e por último e o mais importante era o sentido espiritual. Ele acreditava que a bíblia era um livro divino oculto em forma humana.

De 325 a 451 d.C. foi um período marcado por uma divisão fundamental entre alexandrinos e antioquenos. A exegese alexandrina foi marcada pela fidelidade à tradição origenista alegórica. A exegese antioquena em oposição a exegese alexandrina olhava para o texto bíblico com uma visão mais literalista, e acreditava que o sentido espiritual não era o sentido alegórico, e ele devia ser buscado no próprio sentido literal (BRAY, 2017).

O período patrístico costuma ser um dos períodos mais empolgantes e diversificado do pensamento histórico-cristão. Por essas características pode-se concluir que ele vai continuar sendo objeto de pesquisa por muitos anos ainda. E esse período é ainda mais importante pelo gigantesco produto teológico (McGrath, 2017).

Não se pode negar que esse período é extremamente relevante e importante para as principais igrejas cristãs, pois “Todas as principais igrejas cristãs atuais – incluindo as anglicanas, ortodoxas orientais, luteranas, reformadas e católicas romanas – consideram o período patrístico um marco decisivo no desenvolvimento da doutrina cristã” (McGrath, 2017, p. 31).

No entanto, não se encontra nada sólido com relação a interpretação e a cruz. A cruz não parece ser o “cânon dentro do cânon”, no período patrístico, mas sim tudo que é corolário a Cristo. Portanto, a vida a morte e a glorificação de Cristo tornou-se uma “chave mestra” para ler e interpretar as escrituras.

3.2. A CRUZ NO PERÍODO PATRÍSTICO

Quando se escreve sobre assuntos relacionados a história da igreja é importante lembrar que os pais da igreja foram os primeiros pensadores da igreja cristã. A igreja em sua fase inicial precisou passar por momentos de refinamento e consolidação tanto da liturgia quanto da doutrina. E com relação ao entendimento da cruz não foi diferente.

3.2.1. Período dos pais apostólicos

Principiando com os que são chamados de pais apostólicos, Mais exatamente com Barnabé que viveu em aproximadamente 131 d.C. Têm-se um relato do sacrifício de Jesus Cristo, isto é, do seu sofrimento na cruz, e percebe-se a identificação que o autor tem com esse acontecimento. PADRES APOSTÓLICOS, 2014:

O Senhor suportou entregar sua própria carne à destruição, para que fôssemos purificados pelo perdão dos pecados, isto é, pela aspersão feita com seu sangue. A respeito dele, a Escritura diz o seguinte sobre Israel e sobre nós: Ele foi ferido por causa de nossas iniquidades e maltratado por causa de nossos pecados, e nós fomos curados por sua chaga. Foi conduzido como ovelha ao matadouro e, como cordeiro, ficou mudo diante do tosquiador (p. 170)

Discorrendo sobre a necessidade do sacrifício de Jesus, declara, “Com efeito, era preciso que ele sofresse sobre o madeiro...” (PADRES APOSTÓLICOS, 2014, p. 171) e diz ainda: “e como era na sua carne que ele devia revelar-se e sofrer, sua paixão foi revelada de antemão” (p. 172). A carta Também identifica alguns sacrifícios prefigurados no Antigo testamento com o cumprimento em Jesus na cruz, “Tomai dois bodes bonitos e iguais, e oferecei-os em sacrifício. Que o sacerdote tome o primeiro como holocausto pelos pecados. E o que farão com o outro? Ele diz: O outro é maldito. Notai como a figura de Jesus é manifestada” (p. 173).

Na interpretação de um texto do Antigo Testamento, percebe-se, também, certo exagero com relação a cruz, por parte do autor, PADRES APOSTÓLICOS, 2014, p. 175:

E Abraão circuncidou entre os homens de sua casa trezentos e dezoito homens. Qual é, portanto, o conhecimento que lhe foi dado? Notai que ele menciona em primeiro lugar os dezoito e depois, fazendo distinção, os trezentos. Dezoito se escreve: I, que vale dez, e H, que representa oito. Tens aí: IH(sous) = Jesus. E como a cruz em forma de T devia trazer a graça, ele menciona também trezentos (= T). Portanto, ele designa claramente Jesus pelas duas primeiras letras e a cruz pela terceira.

Não é poucas vezes que o autor da carta menciona a cruz em seus argumentos à fé cristã, em muitos assuntos ele usa esse tipo de expressão “Eis que se fala de novo da cruz e daquele que seria crucificado” (p. 178).

Outro pai apostólico registrado foi Policarpo, que viveu de 70 a 155 d.C., bispo, que segundo a tradição, foi consagrado pessoalmente pelo apóstolo João, em Esmirna, depois de escrever aos Filipenses contra os ensinamentos falsos, conclui (PADRES APOSTÓLICOS, 2014, p.152):

Portanto, sem cessar, estejamos agarrados à nossa esperança e ao penhor de nossa justiça, isto é, Cristo Jesus, que carregou nossos pecados em seu próprio corpo sobre o madeiro, ele que não cometeu pecado e em cuja boca não foi encontrada nenhuma falsidade, mas que tudo suportou por nós, a fim de que vivêssemos nele.

Inácio, que viveu de 110-117 d.C., assim como Policarpo advertendo os Efésios sobre os falsos ensinamentos, declara: “Com efeito, se morrem aqueles que fazem isso segundo a carne, quanto mais aquele que, por sua má doutrina, corrompesse a fé em Deus, pela qual Jesus Cristo foi crucificado!” (p. 55). Em uma outra carta aos Tracianos, argumentando sobre a fé em Jesus Cristo afirma “que foi verdadeiramente crucificado e morreu à vista do céu, da terra e dos infernos” (p. 62)

Clemente de Roma, viveu em aproximadamente 93 d.C., segundo a tradição, um discípulo direto do grande apóstolo Pedro, e o sucedeu como o grande líder na Igreja de Roma. Escrevendo para os coríntios sobre o amor, declarou. “É no amor que o Senhor nos atraiu a si. É por causa de seu amor para conosco, que Jesus Cristo nosso Senhor, conforme a vontade de Deus, deu o seu sangue por nós, sua carne pela nossa carne, e sua vida por nossa vida” (PADRES APOSTÓLICOS, 2014, p. 39). O sacrifício de Jesus era o

argumento máximo nos textos Clementinos, e eles estavam explícitos e implícitos em seus argumentos.

Nesse primeiro momento, percebe-se que a cruz era um dos pilares no discurso dos pais apostólicos. Eles a mencionavam para iniciar ou finalizar o argumentos, e usavam a morte de Jesus Cristo principalmente quando advertiam contra os falsos ensinos, haja vista que nesse período os falsos ensinos estavam quase que por toda parte.

3.2.2. Período dos pais apologistas

No livro, *Apologistas*, lançado pela editora Paulus, pode ser encontrado inúmeros apologistas que não são tão conhecidos pela maioria dos cristãos, e dentre eles cito, Aristídes de Atenas, que ao criticar a fé Judaica, mencionou a morte de cruz de Jesus Cristo. “Depois, quando aprouve ao Filho de Deus vir à terra, depois de insultá-lo, entregaram-no a Pôncio Pilatos, governador dos romanos, e o condenaram à morte de cruz, sem qualquer respeito pelos benefícios que lhes havia feito e pelas incontáveis maravilhas que realizara entre eles” (PADRES APOLOGISTAS, 2014, p. 26). O autor usa esse argumento para mostrar que o conhecimento dos Judeus é incompleto, pois eles rejeitaram o Cristo crucificado, e como consequência, se assemelharam aos pagãos.

Em outro texto de Aristídes, dessa vez discorrendo sobre a verdadeira religião afirma: “Tendo realizado sua admirável dispensação, experimentou a morte por meio da cruz, de espontânea vontade, conforme uma grande economia, e três dias depois ressuscitou e subiu aos céus” (p. 26). Esse argumento está entre muitos outros, do autor, e como um elemento essencial da verdadeira religião, percebe-se que a cruz é muito estimada.

Um dos grandes representantes da apologética do período patrístico foi Justino, mártir, que viveu de 100 a 165 a.C. aproximadamente. Argumentando sobre as variadas profecias do Antigo Testamento, menciona a profecia de Isaías sobre o nascimento do menino Emanuel e seu ministério e a correlação do mesmo com a cruz, menciona também o Salmo 22 de Davi, que é um Salmo messiânico sobre o sofrimento de Jesus Cristo no madeiro, (JUSTINO, 2014, p. 40-41):

Também foi predito que Cristo, depois de nascer, viveria oculto aos outros homens, até a idade adulta. Escutai o que foi dito antecipadamente a esse respeito. É o seguinte: “Um menino nasceu, um pequenino nos foi dado, cujo império está sobre os ombros”, aludindo essas palavras à força da cruz, à qual, ao ser crucificado, juntou os ombros, como a sequência do discurso mostrará mais claramente. E, de novo, o mesmo profeta Isaías, inspirado pelo Espírito profético, disse: “Eu estendi as minhas mãos para um povo que não crê e contradiz, aos que andam por um caminho que não é bom. E agora me vêm pedir julgamento e têm a ousadia de aproximar-se de Deus”. E outra vez, por meio de outro profeta, diz com outras palavras: “Eles transpassaram meus pés e minhas mãos, e lançaram sorte sobre a minha roupa”. Na verdade, Davi, rei e profeta, que disse isso, não sofreu nada disso, mas Jesus Cristo estendeu as suas mãos quando foi crucificado pelos judeus que o contradiziam e falavam que ele não era o Messias. Com efeito, como disse o profeta, levaram-no arrastando e, fazendo-o sentar-se numa cadeira de juiz, disseram-lhe: “julga-nos”. “Transpassaram as minhas mãos e os meus pés” significava os cravos que na cruz transpassaram seus pés e mãos. E depois de crucificá-lo, aqueles que o crucificaram lançaram sorte sobre as suas roupas e as repartiram entre si. Que tudo isso aconteceu assim, podeis comprová-lo pelas Atas redigidas no tempo de Pôncio Pilatos.

O autor não demonstra dúvidas de que as profecias estavam se referindo a Jesus e o seu tipo de morte. Justino também escreve algumas linhas sobre regras de interpretação, e asseverando sobre muitas profecias do Antigo Testamento afirma que “Podeis comprovar que tudo isso cumpriu-se através dos judeus em Cristo. Com efeito, estando já na cruz, eles retorciam os lábios e balançavam a cabeça, dizendo: Quem ressuscitou mortos livre-se a si mesmo” (p.42). O filósofo salienta que em Cristo, na cruz, supriu-se muitas profecias.

O apologeta era demasiadamente insistente, e persuasivo quando o assunto era a paixão de Cristo, pois afirma: “Escutai agora as profecias relativas à paixão e desonras que, feito homem, ele sofreria por nós, e a glória com que voltará” (p. 48).

Percebe-se que o autor, também foi muito longe e possessivo com relação ao símbolo da cruz, pois começa a considerar que tudo o que existe no mundo, comunica ou ministra alguma coisa sobre a mesma (p. 52):

Ela é justamente, como predisse o profeta, o maior símbolo de sua força e de seu império, como se manifesta ainda pelas mesmas coisas que caem sob os nossos olhos. Com efeito, considerai se tudo o que existe no mundo pode ser administrado ou ter comunicação entre si sem essa figura. De fato, não é possível sulcar o mar se esse troféu de vitória, que aqui se chama vela, não se mantém de pé no navio; sem ela não se ara a terra; também os cavadores e artesãos não realizam o seu trabalho sem instrumentos que têm essa figura. A própria figura humana não se distingue em qualquer outra coisa dos animais irracionais, senão por ser reta, poder abrir os braços e levar, partindo de frente, proeminente, o chamado nariz, pelo qual se verifica a respiração do animal, e que não mostra outra coisa que a forma da cruz. 5E o profeta falou desta maneira: A respiração diante do nosso rosto, Cristo Senhor. E ainda as vossas próprias insígnias deixam manifesta a força dessa figura, isto é, vossos estandartes e troféus de vitória, com os quais em todo lugar realizais as vossas marchas, mostrando os sinais do império e do poder, até quando o fazeis sem vos dar conta deles. As próprias imagens de vossos imperadores, quando morrem, são consagradas por vós com essa figura, e vós os chamais deuses em vossas inscrições.

Todavia, ainda que o autor exagere em seu argumento sobre a cruz, percebe-se que sua intensão é uma das melhores pois em suas palavras “Uma vez que os exortamos pelo raciocínio e por uma figura patente, na medida de nossas forças, daqui por diante nós não nos sentiremos irresponsáveis, mesmo que continueis incrédulos, pois o que dependia de nós já foi feito e chegou ao fim” (p. 51), Demonstra que seu objetivo é levar os incrédulos à fé.

A visão que Justino tinha do ministério sacrificial que Jesus, de certo modo era apostólico, pois ele cria que o cordeiro que Deus mandou sacrificar como pascoa era a figura de Cristo, o cordeiro que era mandado assar completamente era símbolo da paixão da cruz, com cujo sangue os que nele crêem, segundo a fé nele, seriam livres da morte. Com efeito, esse mandamento, isto é, o cordeiro, o animal sendo morto seria temporário, pois todas as ofertas cerimoniais terminariam com a paixão de Cristo (p. 111).

Com relação as escrituras, Justino, creditava que os escritos haviam sido mutilados, ou seja, parte das escrituras que faziam referência a cruz foram cortados, como por exemplo no livro de Esdras e Jeremias (p. 142):

E Esdras disse ao povo: Esta Páscoa é nosso salvador e nosso refúgio. Se refletirdes e subir ao vosso coração que iremos humilhá-lo na cruz e, depois disso, esperardes nele, este lugar jamais ficará desolado, diz o Senhor das virtudes. Porém, se não crerdes nele, nem ouvirdes a sua pregação, sereis a zombaria das nações. Das profecias de Jeremias tiraram também esta passagem: Eu sou como cordeiro que é levado para o sacrifício. Contra mim cogitaram pensamentos, dizendo: Vinde, atiremos um pedaço de madeira em seu pão, arranquemo-lo da terra dos vivos e o nome dele nunca mais será lembrado. Esta passagem de Jeremias ainda se encontra em alguns exemplares das sinagogas dos judeus, pois a eliminação foi feita recentemente. Pois bem. Quando por essas palavras se procura demonstrar que os judeus conspiraram contra o próprio Cristo, decidindo tirar-lhe a vida pelo suplício da cruz, e que ele é indicado, conforme foi profetizado por Isaías, como o cordeiro que é levado ao matadouro e aí se nos apresenta como cordeiro inocente, por não terem o que responder, eles se refugiam na blasfêmia.

O autor escreve muitas outras declarações sobre a cruz. Ele faz uma conexão entre a cruz e o batismo, entre a cruz e a arca, discorre também sobre a cruz como um grande obstáculo aos homens sábios, em outro momento faz um paralelismo entre Jacó e Cristo e sua cruz, e separa um grande espaço exegético para comentar o salmo 22 minuciosamente, crendo que o salmo é intrínseco à cruz.

Os historiadores Philoteus Boehner e Etienne Gilson, testificam quando escrevem sobre os apologistas patrísticos e principalmente sobre o trabalho de Justino, o Mártir, afirmando que o imperativo cristão é uma força extremamente positiva que tudo conduz ao serviço da cruz, inclusive à reflexão. E afirmam também que (1970, p.25):

Os primeiros a renderem tal serviço foram os apologetas dos séculos II e III. Coube-lhes a tarefa de mostrar que a mensagem de Cristo, além de representar o cumprimento das profecias do Antigo Testamento, oferecia à razão soluções mais profundas do que as de qualquer filosofia. A seus olhos, o cristianismo constitui a verdadeira

filosofia, e tudo quanto os gregos haviam logrado elucubrar em matéria de verdade passa a ser uma herança legítima dos cristãos.

Diante dos fatos, verifica-se que os apologistas eram, de certo modo, extremamente apegados a figura da cruz, e a relação deles com a mesma era muitas vezes conflitante, desorganizada, mas com muita convicção e sinceridade.

3.2.3. Período dos Pais Polemistas

Muitos polemistas se destacaram no período patrístico, mas observaremos aqueles que mencionaram ou escreveram algo de valor com relação ao assunto proposto. Irineu, que viveu de 130-202 d.C. aproximadamente, escreveu algumas linhas sobre a cruz.

O autor, Irineu, discorrendo a respeito da soberania de Cristo com relação ao juízo final alude, “ele recebeu o poder sobre seus ombros, alude alegoricamente à cruz, à qual teve os braços pregados, quando foi crucificado. A cruz, que era e é uma infâmia, é sinal de sua soberania” (IRINEU, 2015, p. 65). Irineu faz uma grande declaração com relação a cruz de Jesus Cristo, pois afirma que ela é o sinal de sua soberania, ou seja, por causa da cruz, Jesus recebeu toda sorte de poder, autoridade e domínio, e por causa dessa excelência e tendo essa excelência julgara soberanamente. E sobre o assunto, Irineu ainda afirma mais (p. 56):

Nessas dimensões, foi crucificado o Filho de Deus já impresso sobre o universo em forma de cruz; fazendo-se visível, manifestou a universalidade de sua cruz, demonstrando claramente, na forma visível, a sua atividade consistente na iluminação da altura, ou seja, os meandros da terra, na extensão do Oriente ao Ocidente, no governo como um comandante da região do Oeste e da amplitude do Sul, e no chamado ao conhecimento do Pai de todos os homens dispersos.

Como o texto indica, para o autor, a crucificação foi um evento que se manifestou no tempo propício, ou de forma visível, mas que já existia no invisível, e sua atividade foi universal e teve um alcance inimaginável. Salienta igualmente que a cruz é um “grande mega-fone” que chama todos os homens dispersos ao conhecimento do pai.

Irineu, também tinha fortes convicções polemicas que envolviam a cruz, ele interpretava que a morte de cruz de Jesus tinha uma grande relação com a suposta ida ao inferno, e esse era um motivo que também fazia-se necessário a morte de cruz. Ele escreveu o seguinte (IRINEU, 2015, p. 78-79):

Em Jeremias, ele anuncia a morte e a descida aos infernos, nestes termos: O Senhor, o Santo de Israel, se recordou dos seus mortos, que no passado dormiram no pó da terra, desceu a eles para anunciar a Boa-Nova da salvação e libertá-los. Aqui indica os motivos da sua morte; a descida aos infernos era a salvação dos defuntos. Novamente, a propósito da cruz, disse Isaías: “Todos os dias estendi as mãos a um povo rebelde. Assim prefigurava a cruz.

Além disso, o autor escreve um pouco sobre a justificação, que é um aspecto, um desdobramento da morte de Jesus Cristo no calvário. E sobre isso, ele testifica (IRINEU, 2015, p. 56-57):

Realizou-se, assim, a profecia feita por Deus a Abraão, segundo a qual a sua descendência seria como as estrelas do céu. Cristo cumpriu a promessa, nascendo da Virgem, da estirpe de Abraão, e convertendo em luminárias do mundo os que nele acreditam, e justificando os gentios com Abraão por meio da mesma fé. Abraão creu em Iahweh, e Ihe foi tido em conta de justiça. Do mesmo modo, nós somos justificados em virtude da fé em Deus, porque o justo viverá por sua fé. A promessa de Abraão não foi feita pelo cumprimento da Lei, mas por meio da fé. De fato, Abraão foi justificado pela fé: sabendo que ela não é destinada ao justo. Da mesma forma, nós não somos justificados pela Lei, mas pela fé, que recebeu o testemunho da Lei e dos profetas, e que nos apresenta o Verbo de Deus.

Irineu aborda o raciocínio, genérico sobre a ideia da justificação pela fé, menciona Abraão que é tido como o pai da fé, aquele a quem a promessa é feita, e também menciona Cristo, aquele em quem a promessa foi cumprida. Destaca sua fé e a fé da igreja, mostrando que ambos foram justificados, não pela lei, mas “pela fé”, e relaciona a mesma com o “verbo de Deus” que é Cristo.

Orígenes por sua vez, que viveu de 185 a 254 d.C. aproximadamente, em seu livro intitulado “contra Celso”, não trouxe grandes contribuições com

relação a cruz, haja vista que ele se engaja em um tipo de defesa com relação a muitos assuntos e inclusive a cruz. “Respondam então os que se negam a crer que Jesus morreu na cruz pelos homens” (2014, p. 47), e “Escarnecendo então do sangue de Jesus derramado na cruz” (p. 69), esses são exemplos do autor. A única menção objetiva do autor no livro em questão é esta:

Como este homem que pretende saber tudo da Escritura critica o Salvador porque em sua paixão não foi socorrido por seu Pai, nem se socorreu a si mesmo, devemos deixar bem claro que esta paixão fora profetizada com sua razão de ser: era bom para os homens que ele morresse por eles e sofresse os tormentos devidos à sua condenação (p.60).

Percebe-se que Orígenes era um teólogo extremamente zeloso quando o assunto era a fé cristã e igualmente os assuntos corolários a cruz do salvador Jesus Cristo. Ele se empenha com muito afincio em defender todos as afrontas levantadas por “Celso”.

Orígenes, em outra obra intitulada “tratado sobre os princípios”, mais exatamente no tópico em que ele discorre sobre o “Filho”, o autor menciona conhecimento sobre “redenção”, que é uma das “laminas” do sacrifício de Jesus (2014, p. 54).

Outro escritor do período patrístico foi Jerônimo que viveu de 331 a 420. Conhecido principalmente por ser o autor da vulgata. Essa tradução para o latim foi uma grande empreitada do teólogo, no entanto o que poucos sabem é que a cruz de Cristo foi o estandarte desta grande obra. Jerônimo escreveu na obra intitulada apologia aos livros de Rufino (2013)

Quanto mais eu, cristão de pais cristãos e carregando à minha frente o estandarte da cruz, que me esforcei por restituir as omissões, corrigir as alterações e revelar os mistérios da Igreja em uma linguagem pura e ortodoxa, não devo ser reprovado por leitores desdenhosos ou mal-intencionados (p. 75).

Nesse período, conhecido por muitos como o “período de ouro”, viveu também de 347 a 407 d.C., Crisóstomo, conhecido também como o “boca de ouro” pois era um bom exegeta. Ele escreveu muitos comentários.

Escrevendo sobre a providência de Deus, João Crisóstomo declara coisas fantásticas sobre a Cruz de Jesus, ele afirma (2014):

Foi pregado numa alta cruz, cuspiam-lhe, batiam-lhe com bastões, era esbofeteado, escarnecido, foi sepultado por caridade, e teve o túmulo selado. E tudo isso ele o suportou por ti com solícita bondade, a fim de suprimir a tirania do pecado, destruir a cidadela do diabo, quebrar os laços da morte, abrir-nos as portas do céu, fazer desaparecer a maldição, apagar a primeira culpa, ensinar-te a paciência, treinar-te à resistência de modo que nenhum dos acontecimentos da vida presente te aflija, nem a morte, nem os insultos, nem as injúrias, nem as zombarias, nem os açoites, nem as ciladas dos inimigos, nem as calúnias, nem os ataques, as denúncias, as suspeitas etc (p.94).

Crisóstomo demonstra uma visão muito interessante com relação a volta de Senhor Jesus. Pois para ele, a cruz foi um elemento tão importante que até no retorno de Cristo a figura da cruz terá seu espaço. A respeito disso ele afirmou (2014, p. 118):

Por que te admiras se, na vida presente, a cruz é bastante fulgurante para que Cristo a denomine sua glória e Paulo se glorifique por causa dela? No dia terrível, que dá calafrios, quando ele vier em sua glória, vier na glória do Pai, quando se erguer o terrível tribunal, quando comparecer todo o gênero humano, quando rios de fogo estiverem efervescentes, quando as multidões de Anjos e de Potências do alto descenderem em fileiras cerradas com ele, quando houver milhares de recompensas, quando uns brilharem como o sol, os outros como astros, quando grupos de mártires, coros de apóstolos, fileiras de profetas, conjuntos de homens generosos apresentarem-se publicamente, então, sim então, nesse esplendor, nessa manifestação geral, ele virá, trazendo a cruz que emite raios brilhantes. Diz a Escritura: “Então aparecerá no céu o sinal do Filho do homem. O sol escurecerá, a lua não dará sua claridade” o sinal da cruz aparecerá.

Crisóstomo lançou-se em uma grande empreitada, ele fez uma grande exposição das epístolas paulinas, e ao expor o livro de Romanos faz inúmeras afirmações com relação a cruz, menciona que por meio dela fomos libertos da lei, do pecado e da morte. “Viste como também nesta passagem poupa a carne

e a Lei? Pois não disse: A Lei foi abolida, nem: A carne está livre, e sim: Estamos livres. E de que modo estamos livres? O velho homem, preso pelo pecado, morreu e foi sepultado” (2010, p.124), diz ainda, “Não aludiu simplesmente à morte, mas introduz novamente a cruz a atuar, tornando-nos por este motivo responsáveis. Não disse simplesmente: Estais liberados, e sim: Pela morte do Senhor (p. 123)”.

O autor faz referência ao assunto que para muitos é o tema do livro de Romanos, isto é, a justificação (p. 94-95). Em outra parte de sua exposição de romanos, discorrendo sobre o chamado, justificação e glorificação, dessa maneira escreveu (p. 164-165):

Com efeito, estes bens ele te concedeu através do que consideravas doloroso; e o que julgavas vergonhoso, a cruz, os flagelos, os vínculos, foi o que restaurou todo o orbe. Serviu sua paixão, apesar de angustiante, para a liberdade e a salvação da natureza inteira; assim os sofrimentos a que és submetido, são utilizados para tua glória e exaltação.

Expondo dessa fez o livro de Gálatas, realça o conflito que é destacado entre os judaizantes e Paulo, explica o porque argumenta sobre um assunto e não sobre outro e nisso menciona a Cruz de Cristo como parte essencial contra eles. Declara (p. 334):

Nada disso enuncias, mas, omitindo tudo isso, fazes menção do plano da encarnação, destacando a cruz e a morte. Sim, réplicas. Se falasse a homens que nada de grande concebesses a respeito de Cristo, seria justo referir-se àqueles grandes feitos, mas como eles se revoltam contra nós porque pensam que serão castigados se abandonarem a Lei, por isso menciono o que exclui toda necessidade da Lei, a saber, comemo a munificência de Deus conferida a todos pela cruz e ressurreição.

João Crisóstomo se mostra de modo equilibrado, quando o assunto é a cruz e seus corolários, como um expositor, faz aquilo que lhe é próprio, ou seja, ler, explica e aplica, e por consequência, demonstra compreender aquilo que menciona sobre o sacrifício de Jesus.

Outro grande arauto da patrística, foi Agostinho de Hipona, que viveu de 354 a 430 d.C. Na obra intitulada “trindade” escrita pelo mesmo, o autor

salienta sobre sacrifício, exalta o sacrifício feito pelo sumo sacerdote Jesus Cristo e argumenta sobre os quatro elementos do sacrifício. Afirma (2014, p. 108):

São quatro os elementos em todo sacrifício: a quem se oferece, quem oferece, o que se oferece e por quem se oferece. O único e verdadeiro Mediador que nos reconcilia com Deus pelo sacrifício da paz, permanece na unidade com aquele a quem se oferece, faz-se um com aqueles por quem oferece e é um só quem oferece e uma só oblação é oferecida.

Na mesma obra, o escritor afirma também que Cristo se entregou voluntariamente a morte de Cruz. “Por isso, Cristo, nosso Mediador, mostrou que não chegou à morte do corpo devido a qualquer pena do pecado, pois não o abandonou contra a vontade, mas porque quis, quando quis e como quis” (p. 105).

Agostinho apresenta também sua ideia sobre a justificação (p. 252):

Qual a justiça que venceu o demônio? Qual, senão a justiça de Cristo Jesus? Como foi o demônio vencido? Mesmo não tendo encontrado em Cristo nada que merecesse a sentença de morte, no entanto o demônio o levou à morte. Logo, é justo que os homens, esses merecedores da morte, e que ele mantinha em seu poder, ficassem livres pela fé naquele a quem ele matou sem ter merecido a morte. 27 Isso é o que consideramos ser “justificados pelo sangue de Cristo” (Rm 5,9). Assim, o sangue do inocente foi derramado para a remissão de nossos pecados.

Para agostinho a obra da justificação e o demônio estão diretamente relacionados (p. 253):

Pode haver maior prova de justiça do que caminhar até a morte de cruz pela justiça? E que maior sinal de poder do que ressuscitar dentre os mortos e subir ao céu com o mesmo corpo com que sofreu a morte? Portanto, venceu primeiramente o demônio pela justiça, e depois pelo seu poder. Pela justiça, porque nele não houve pecado e, entretanto, foi morto por um ato injustíssimo. Pelo poder, porque reviveu após a morte para nunca mais morrer (Rm 6,9). Contudo, teria vencido o demônio pelo poder, ainda que não pudesse ser

entregue à morte por ele. Mas é maior prova de poder vencer a morte ressurgindo, do que evitá-la vivendo. Entretanto, há outra razão pela qual somos justificados pelo sangue de Cristo, ao sermos resgatados do poder do demônio pela remissão dos pecados: a razão é que o demônio foi vencido pela justiça e não pelo poder de Cristo. E assim, foi crucificado na fraqueza que recebeu ao assumir nossa carne mortal, e não em seu poder imortal.

Os méritos de Cristo, são evidenciados no seu triunfo na cruz, e o seu inimigo, o demônio, foi vencido pela justiça e não pela força do seu poder. Esse é um argumento bem fundamentado pelo mestre Agostinho, para enriquecer ainda mais as “redes” da justiça de Cristo.

Dessa maneira, foi possível visualizar e perceber que tanto os pais apostólicos, quanto os apologistas e os polemistas tinham certo entendimento sobre a cruz com todos as suas nuances. O entendimento não era de modo nenhum profundo, mas a ideia da substituição fora unanimemente abraçada por eles.

4. AS CONSEQUÊNCIAS DA CRUZ NO PERÍODO PATRÍSTICO.

Neste último capítulo apresentar-se-ão brevemente algumas consequências da cruz no período patrístico, e neste, poderemos confirmar a sua influência depois dos conceitos apresentados anteriormente.

Pode-se dizer que a cruz foi central no sentido em que, ela foi o fundamento, isto é, a base em que as pétalas das doutrinas cristãs foram desenvolvidas. Pode ser colocado também de uma outra maneira, ou seja, dizer que a cruz foi a porta de entrada para a compreensão daquilo que era corolário ao cristianismo e agindo de maneira centrífuga e centrípeta, pois tudo sai dela e tudo volta para ela.

Com referência à cruz no período patrístico, observou-se que a mesma foi compreendida em aspectos diferentes, e muitas vezes de modo desorganizado e que a principal consequência da cruz de Cristo nesse período foi a centralização na pessoa de Cristo. Percebe-se que o evento da

crucificação trouxe uma cosmovisão renovada para a compreensão das escrituras, da história, do homem e de Deus, mas as principais consequências nesses primeiros cinco séculos foi o desenvolvimento e a ratificação do dogma da trindade e os credos, que direcionam os cristão até hoje.

4.1. Concílios

É certo que no período da patrística estabeleceram-se os principais dogmas da igreja, isto é, o pensamento cristão mais ou menos organizado e estabelecido. Só que tudo isto foi em meio à controvérsias e disputas.

Dentro do período analisado em questão, pode-se dizer que de 313 a 451, as controvérsias teológicas resultaram em grandes reuniões de lideranças locais para encontrar um ponto de convergência, e assim surgiram o que todos conhecem hoje como os “concílios”.

Nesses concílios, foram feitos grandes formulações universais que ficaram conhecidos como os “credos”. Segundo Cairns, houve sete grandes concílios que representaram toda a igreja, mas mencionaremos somente os quatro primeiros, pois os mesmos dão sentido a pesquisa em questão.

O primeiro grande concílio foi o de Nicéia (325), que conforme o historiador Earle Cairns (2008), ocorreu para resolver a disputa Ariana, ou seja, discutir sobre a divindade de Jesus Cristo. O Segundo concílio foi o de Constantinopla (381), este foi para afirmar a pessoalidade do Espírito Santo e a humanidade de Cristo. O terceiro foi o de Éfeso (451), o propósito desse era enfatizar a unidade e pessoalidade de Cristo. E o quarto e último da lista em questão foi o concílio de Calcedônia, este tinha for finalidade declarar o relacionamento entre as duas naturezas de Cristo. O que não pode passar despercebido é que em todos esses concílios a cristologia era o “carro chefe”.

No mês de junho de 325 d.C., o primeiro concílio geral da igreja se reuniu em Niceia, na Bitínia. Cerca de 318 bispos estavam presentes, além de um número muito grande de sacerdotes e diáconos. “A flor dos ministros de Deus”, como diz Eusébio, “de todas as igrejas que abundam na Europa, África e Ásia, agora se reuniram”. O espetáculo

era totalmente novo, e certamente ninguém estava tão surpreso como os próprios bispos (MILLER, 2017, p. 279)

Ainda discorrendo sobre o primeiro grande concílio de Nicéia, Andrew Miller apresenta um desfecho interessante sobre esse evento, o mesmo afirma:

A celebrada confissão de fé geralmente chamada de “O Credo Niceno” foi o resultado das longas e solenes deliberações da assembleia. Eles decidiram contra as opiniões arianas, e firmemente mantiveram as doutrinas da Santíssima Trindade, da verdadeira Divindade de Cristo, e de Sua unidade com o Pai em poder e glória. O próprio Ário foi levado perante o concílio e questionado quanto à sua fé e doutrina; ele não hesitou em repetir, como sua crença, as falsas doutrinas que tinham destruído a paz da igreja. Enquanto ele avançava com suas blasfêmias, os bispos concordemente taparam os ouvidos e clamaram que tais opiniões ímpias eram dignas de anátema juntamente com seu autor. (2017, p. 278)

O concílio ecumênico de Nicéia foi convocado principalmente por causa das afirmações de Ário, o qual deliberadamente professava que Cristo fora criado (HAMMAN, 2015, p. 89). O Credo Niceno afirma as seguintes convicções (325.dC):

Eu acredito em um Deus Pai Todo Poderoso, Criador do céu e da terra, e todas as coisas visíveis e invisíveis: em um só Senhor Jesus Cristo, Filho Unigênito de Deus, gerado do Pai antes de todos os mundos, Deus de Deus, Luz de Deus, verdadeira Luz de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial com o Pai por quem todas as coisas foram feitas; que, por amor de nós e para nossa salvação desceu dos céus, e tomando a nossa carne Virgem Maria por obra do Espírito Santo, fez-se homem, e foi crucificado por nós sob Pôncio Pilatos, padeceu e foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as escrituras, subiu ao céu e está sentado à direita de Deus Pai. Ele virá novamente em glória para julgar os vivos e os mortos, e o seu reino não terá fim. E eu creio no Espírito Santo, Senhor e Doador de vida, procede do Pai e do Filho, que com o Pai e o Filho é adorado e glorificado, que falou através dos profetas. E eu acredito em uma, santa, igreja católica e apostólica. Confesso um só batismo para remissão dos pecados, e espero a ressurreição dos mortos e a vida do mundo vindouro. Amém." (GRUDEM, p.1852).

Pode ser visto na segunda parte do credo a seguinte afirmação, “e foi crucificado por nós”, essa é uma demonstração da importância e de como o evento da crucificação fazia parte de suas meditações e de suas bases de fé, pois não se pode esquecer que a crucificação foi um fato real e histórico, mas também de realização sobrenatural da redenção humana.

O concílio de Calcedônia foi uma reação contra o monofisismo, ou seja, contra aqueles que afirmavam que Jesus Cristo tinha uma única natureza (HAMMAN, 2015, p. 89). O credo de Calcedônia formula as seguintes afirmações (451 d.C.):

Nós, então, seguindo os Santos Padres, todos com um consentimento, ensinam os homens a confessar um só e o mesmo Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo, o mesmo perfeito em divindade e perfeito em humanidade também, verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, alma racional e corpo, consubstancial (coexistente) com o Pai segundo a divindade, e consubstancial a nós segundo a humanidade, em todas as coisas como nós, sem pecado, gerado pelo Pai antes de todas as idades, de acordo com Divindade, e nestes últimos dias, para nós e para nossa salvação, nascido da Virgem Maria, de acordo com a humanidade, um e o mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, para ser reconhecido em duas naturezas, sem confusão, imutável, indivisível, inseparável por qualquer meio, a distinção de naturezas desaparece pela união, mas sim preservada a propriedade de cada natureza, concorrendo em uma pessoa e uma de subsistência, não se separaram ou dividida em duas pessoas, mas uma única e mesma Filho e unigênito, Deus a Palavra, o Senhor Jesus Cristo, como os profetas, desde o início ter declarado a respeito dele, e como o próprio Senhor Jesus Cristo nos ensinou, e o Credo dos santos Pais nos nos transmitiu. (GRUDEM, 2010, p.1853).

A cristologia é uma grande pérola, que foi bastante burilada nesse período. A tarefa de buscar respostas sobre a identidade de Cristo, fez com que muitos pensadores se levantassem com um argumento sobre quem era Cristo, e por causa disso surgiram muitas distorções, mas também muitos esclarecimentos, como pode ser visto no credo acima.

Jaroslav Pelikan, um grande erudito da história da tradição cristã, afirmou que “O dogma da Trindade foi desenvolvido como a resposta da igreja

à questão sobre a identidade de Jesus Cristo” (2014, p. 235). E o assunto fora tão sério e importante, que foi necessário um ajuntamento em concílio, conhecido como o “Concílio de Nicéia”, para tratar dos assuntos correlatos a pessoa de Cristo.

4.2. A trindade como consequência da cruz

Discorrendo a respeito da história da teologia, McGrath (2007) assevera que o desenvolvimento da doutrina da Trindade tem relação orgânica com a evolução da cristologia e que o ponto de partida das reflexões cristãs acerca da Trindade é o testemunho do Novo Testamento da presença e atividade de Deus em Cristo e por meio do Espírito (p.76).

No livro “Patrística” de J.N.D. Kelly, mais exatamente, no capítulo em que ele expõe a respeito do desenvolvimento da Tríade Divina, no pensamento patrístico, o autor começa a discorrer sobre a fé da igreja, e afirma que:

A doutrina de um só Deus, Pai e criador, constituiu o pano de fundo e a premissa inquestionável da fé da igreja. Herdada do judaísmo, ela foi sua proteção contra o politeísmo pagão, o emanacionismo gnóstico e o dualismo marcionita. Para a teologia, o problema era integrá-la no âmbito intelectual com os novos dados da revelação especificamente cristã. Reduzidos à sua formulação mais simples, tratavam-se das convicções de que Deus Se havia dado a conhecer na Pessoa de Jesus, o Messias, ressuscitando-o dos mortos e oferecendo salvação aos homens por Seu intermédio, e que Ele havia derramado Seu Santo Espírito sobre a igreja (KELLY, 1994, p. 64).

O ensinamento de que existia somente um Deus era muito bem fundamentado, no entanto como esclarece, Kelly, Deus realmente se revelou na pessoa de Jesus Cristo, pois sua obra conclusiva, isto é, seu sacrifício consumado na cruz trouxe ao conhecimento da igreja a realidade da trindade. Afirma também que a igreja teve que esperar mais de trezentos anos por um resumo conclusivo, ou seja, somente no período dos pais da igreja, mais exatamente em 381 no concílio de Constantinopla, que foi ratificado a fórmula de um só Deus existindo em três pessoas co-iguais.

O autor prossegue argumentando o seguinte:

Os primeiros escritores que temos de considerar, os pais apostólicos, aparecem como testemunhas da fé tradicional, não como intérpretes que se esforçam para compreendê-la. No entanto, suas manifestações, geralmente fragmentárias e muitas vezes ingênuas, proporcionam uma boa noção das bases em que a teologia inconsciente da igreja estava se desenvolvendo [...] (KELLY, 1994, p. 67).

Os pais apostólicos, depois de herdarem toda a doutrina dos apóstolos, doutrinas essas que eram corolárias a obra de Cristo, passaram a meditar, ainda que sem muita profundidade, na realidade da tríade Divina. Para alguns, esse pensamento era possível por que o centro de tais ideias era Cristo (KELLY, 1994, p. 68).

Observando Irineu, McGrath (2007) declara que “a doutrina da Trindade, longe de ser uma especulação teológica irrelevante, se baseia diretamente na experiência humana complexa da redenção em Cristo e trata da explicação dessa experiência” (p. 77). Para o autor, está claro que a base da trindade é a redenção em Cristo.

Discorrendo um pouco, também, sobre os apologistas, Kelly, declara que eles foram os primeiros a tentar esboçar uma explicação intelectualmente satisfatória entre Cristo e Deus pai. Todos eles eram monoteístas e estavam decididos a todo custo, a não comprometer essa verdade (KELLY, 1994, p. 71).

O autor afirma ainda, que os apologistas tinham pouco para falar sobre a pessoas do Espírito Santo, mas isso era compreensível, haja vista que o problema básico que os ocupava era a relação de Cristo com a Divindade. No entanto, sendo ministros leais, assumiram o dever de proclamar a fé da igreja, cujo padrão era evidentemente triádico (KELLY, 1994, p. 75).

Tertuliano atribuiu à teologia da Trindade o seu vocabulário peculiar; também lhe deu sua forma singular. Deus é um; todavia, Deus não pode ser considerado algo ou alguém totalmente isolado da ordem criada. A economia da salvação revela que Deus se encontra ativo na criação. Essa atividade é complexa e, ao ser observada, a ação divina revela, ao mesmo tempo, unidade e distinção. Tertuliano argumenta que a substância é aquilo que une os três

aspectos da economia da salvação; a pessoa é aquilo que as distingue. As três pessoas da Trindade são distintas, porém indivisíveis; diferentes, porém não separadas ou independentes umas das outras. A complexidade da experiência humana de redenção é resultante, portanto, das três pessoas do Ser Divino atuando de maneiras distintas, porém coordenadas na história humana, sem se perder, em qualquer sentido, a unidade total do Ser Divino (MCGRATH, 2007, p. 77).

No que se refere a última classe, que é a classe dos polemistas J.N.D. Kelly declara que:

Irineu foi o teólogo que sintetizou o pensamento do segundo século e dominou a ortodoxia cristã antes de Orígenes. De sua parte, ele tinha uma grande dívida para com os apologistas; embora fosse um ministro mais autoconsciente do que aqueles, com maior apreciação da tríplice “regra de fé” da igreja e mais pronto a aclamá-la, a estrutura de seu pensamento continuava substancialmente igual à dos apologistas (KELLY, 1994, p. 77).

O autor prossegue argumentando que os esforços mais proveitosos desses teólogos foram despendidos na consideração da Tríade expressa na criação, redenção, e na tentativa de mostrar como o Filho e o Espírito Santo, revelados como outros, diferentes do Pai na “economia”, estavam ao mesmo tempo, inseparavelmente unidos a ele em seu ser eterno (KELLY, 1994, p. 81).

Portanto, não é novidade para cristandade que o dogma da trindade é um dos ensinamentos mais importantes da fé cristã, e como pode se observar no texto anterior, a Tríade também foi expressa na redenção, isto é, o sacrifício feito por Cristo na cruz foi o evento que “abriu as comportas” para os estudos sobre a Trindade, essa ideia foi burilada e ratificada no período patrístico. Com isso, pode-se observar a importância e a relevância que a Cruz teve para a cristandade dos primeiros séculos.

Jaroslav Pelikan, Quando escreve sobre o surgimento da tradição cristã, mais exatamente sobre o período patrístico, aborda o assunto, o mistério da trindade, no qual, discorre argumentos sobre Cristo como Divino. O autor declara que aquele que a igreja chamava de Deus também era aquele cujo sofrimento e cuja morte de cruz representavam o fato do testemunho da igreja

(PELIKAN, 2014, p.186). Sem dúvida, a morte de cruz de Cristo foi o que levou a igreja a chamar Jesus de Senhor, ou seja de Deus, portanto, a Trindade foi fundamentada na cruz.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi apresentar um pouco do pensamento dos pais da igreja com relação a cruz de Cristo e sua relevância, tarefa essa que foi bem árdua, principalmente para quem depende unicamente das obras de língua portuguesa, haja vista que tem pouquíssimos escritos relevantes e atualizados sobre a teologia patrística em português.

Para alcançar o propósito desta pesquisa, iniciamos nossa investigação, no primeiro capítulo, intitulado “a cruz de Cristo e seu significado e a posição da mesma no Novo Testamento”, analisando o significado da cruz, para isso, consultamos muitos teólogos que escreveram sobre o assunto. Com isso, vimos que a “cruz” foi o instrumentos de tortura de Cristo no momento da expiação e que também passou a ser o símbolo que remetia ao sacrifício de Jesus e por sua vez, ao cristianismo.

Ainda na primeira parte, também vimos que a morte de Cristo foi sacrificial, isto é, não foi um evento trágico qualquer, mas um sacrifício premeditado desde o princípio. Essa morte foi de igual modo substitutiva, pois ele se sacrificou no lugar do seu povo, ela também foi propiciatória, haja vista que Cristo precisou aplacar a santa ira de Deus, para que o sacrifício fosse perfeitamente aceito. A morte também foi redentora, pois ele precisava resgatar seu povo do domínio do pecado. E por último, a morte de Cristo também foi reconciliadora, isto é a comunhão com Deus foi reatada. O capítulo se encerra, discorrendo sobre a relevância da cruz no Novo Testamento.

O segundo capítulo foi uma exposição da cruz no período patrístico. e o iniciamos discorrendo sobre o período patrístico propriamente dito, e vimos que a cristandade concorda que ele foi um marco decisivo no desenvolvimento da doutrina cristã, depois disso argumentamos sobre a cruz no período dos

pais apostólicos, apologistas e polemistas, e com isso, pudemos entender um pouco do pensamento com relação esses séculos iniciais.

Na sequência, investigamos sobre a consequência da cruz de cristo nesse período, e vimos claramente que com toda certeza houveram consequências. Sendo assim, extraímos duas somente duas. A primeira foi os concílios, mas exatamente o concílio de Nicéia e o de Calcedônia, vimos que de modo geral, a cristologia foi a inquietação que conduziu aos primeiros concílios, mais vimos com que sem dúvida a cruz e os assuntos colorários a ela foram a “porta de entrada”, isto é, principiaram tudo isso. Analisamos também a trindade como consequência da cruz, e vimos que esse dogma é inerente ao grande evento da crucificação que revelou também o amor de Deus.

Para a resolução da problemática em questão foi realizado levantamentos bibliográficos em livros e monografias. Não obstante, nossa problemática central foi reprovada, pois percebemos que de certo modo a cruz teve sua centralidade no período patrístico e com isso muitas realizações.

6. REFERÊNCIAS

Agostinho de Hipona. **A Trindade**. São Paulo: Paulus Editora, 2014.

Agostinho de Hipona. **A Doutrina Cristã**.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Étienne. **História da Filosofia Cristã**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.

BRYAN, M. L. **Conhecendo os Pais da Igreja**: Uma Introdução Evangelica. São Paulo: Vida Nova, 2015.

BRAY, Gerald. **História da Interpretação Bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 2017.

CARSON, D.A. **A cruz e o Ministério Cristão**: Lições sobre liderança Baseados Em 1 Coríntios. São Paulo: Fiel, 2017.

CAIRNS, Earle Edwin. **O Cristianismo Através Dos Séculos**: Uma História da Igreja Cristã. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CARSON, D.A. **Escândalo**: A cruz e a Ressureição de Jesus. São Paulo: Editora Fiel, 2011.

COENEN, Lothar; BROWN, Colin. **Dicionário Internacional de Teologia Do Novo Testamento**. São Paulo: Editora Vida Nova, 2000.

DOUGLAS, J. D. **O Novo Dicionário Da Bíblia**. Editora Vida Nova, 2006.

ERICKSON, J. Millard. **Teologia Sistemática**. São Paulo; Vida Nova, 2010.

FERREIRA, Franklin; MYATT, Alan. **Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro: Vida Nova, 2002.

HAMMAN, Adalbert. **Os Padres da Igreja**. São Paulo: Editora Paulus, 1995.

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 2010.

HASEL, F. Gerhard. **Teologia do Novo Testamento: Questões Fundamentais no Debate Atual**. Rio de Janeiro. Junta de Educação Religiosa e Publicações da Conversão Batista Brasileira, 1988.

HODGER, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2001.

Irineu de LYON. **Demonstração da Pregação Apostólica**. São Paulo: Paulus Editora, 2015.

Justino de ROMA. **Patrística - I e II Apologias - Diálogo com Trifão**. São Paulo: Paulus Editora, 2014.

LIÉBAERT, Jacques. **Os Padres da Igreja – Volume I: Séculos I a IV**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LADD, Eldon. **Teologia Do Novo Testamento**. São Paulo: Hagnos, 2017.

KELLY, J. N. D. **Patrística: Origem e Desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2009.

McGrath, Alister E. **Teologia Histórica: Uma introdução à História do Pensamento Cristão**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2017.

MORRIS, Leon. **Teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2003.

Orígenes. **Patrística - Contra Celso**. São Paulo: Paulus Editora, 2014.

São João Crisostomo. **Da Incompreensibilidade de Deus, da Providência de Deus, Cartas a Olímpia**. São Paulo: Paulus Editora, 2014.

São João Crisostomo. **Comentário às Cartas de São Paulo 1**. São Paulo: Paulus Editora, 2010.

São João Crisostomo. **Comentário às Cartas de São Paulo 2**. São Paulo: Paulus Editora, 2010.

São João Crisostomo. **Comentário às Cartas de São Paulo 3**. São Paulo: Paulus Editora, 2010.

SPANNEUT, Michel. **Os Padres Da Igreja** – Volume II: Séculos IV a VII. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

PADRES APOSTÓLICOS. **Patrística**. São Paulo: Paulus Editora, 2014.

STOTT, John. **A Cruz De Cristo**. São Paulo: Editora Vida, 2010.

THIELMAN Frank. **Teologia do Novo Testamento**: uma abordagem canônica e sintética. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.